

A QUESTÃO AMAZÔNICA E O TERRITÓRIO DA SOJA NO MATO-GROSSO.

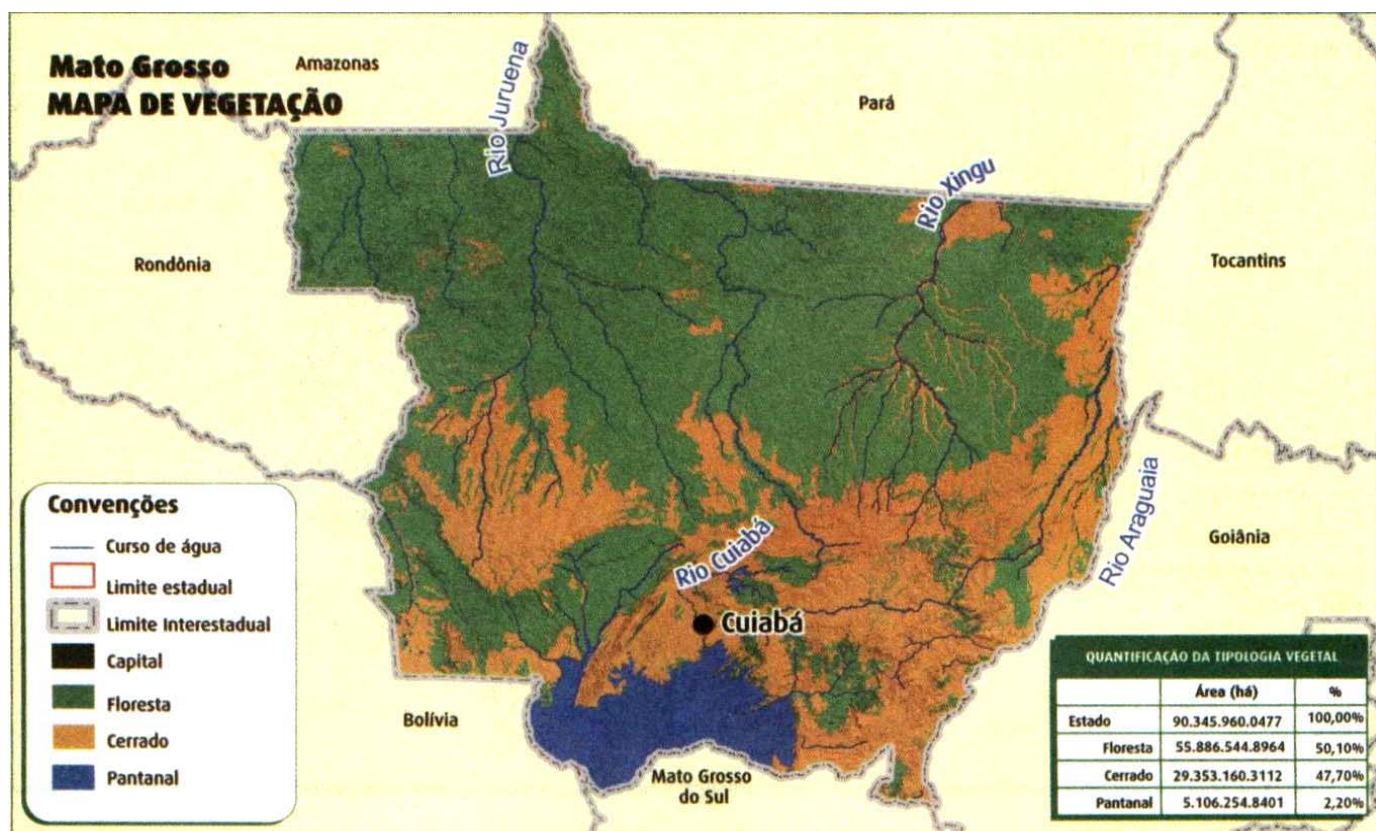
Icaro Azevedo – UERJ – Rua São Francisco Xavier, 524 sala 4034D, Maracanã, RJ -
Brasil, cep:20550-013 – (icaroaz@hotmail.com).

Francisco Artur C. de Oliveira - Rua São Francisco Xavier, 524 sala 4034D, Maracanã,
RJ – Brasil, cep:20550-013 – (geo.artur@gmail.com).

Mato Grosso - Características gerais

O estado do Mato Grosso, um dos nove constituintes da Amazônia Legal e terceiro maior estado brasileiro em território com 903.357,908 quilômetros quadrados, número esse que não é proporcional ao seu contingente populacional de apenas 2,7 milhões de pessoas. No ano de 1977, no governo militar de Ernesto Geisel, Mato-Grosso foi dividido em dois estados, o atual Mato-Grosso e Mato-Grosso do Sul, sendo a divisão necessária, segundo o governo da época, pelo fato de apresentar uma vasta extensão, naturalmente dividido pela diversidade ecológica, tornando-se de difícil administração.

Localiza-se exatamente no centro do país, abrigando três grandes biomas brasileiros: a Floresta amazônica representando 52,2%, o cerrado representando



40,8% e o pantanal 7% do território mato-grossense.

Tesouro biodiversificado: O Mato-Grosso é o único estado brasileiro a abrigar três dos mais importantes biomas terrestres

Ao longo dos últimos anos, o estado de Mato-Grosso vem apresentando altos níveis de desenvolvimento social, retratado pelo fato de possuir atualmente o maior índice de desenvolvimento humano (IDH) do país, assim como um intenso desenvolvimento econômico, este inteiramente impulsionado pelo desempenho da agricultura e da pecuária, pois o estado configura-se como o maior produtor de soja, algodão e borracha do país, apresenta um ótimo desempenho quanto a outras culturas como o arroz e o milho, bem como possui o maior rebanho bovino brasileiro.

Mesmo que apenas 8,5% do território mato-grossense esteja ocupada pela agricultura, o estado é considerado um verdadeiro celeiro brasileiro, devido primordialmente ao fato de sua grande produtividade agrícola, explicado pela aliança entre pesquisas e características naturais que a possibilitam.

Uma aliança entre pesquisas desenvolvidas pela EMBRAPA e pela Fundação Mato-grossense de Apoio às Pesquisas possibilitou que a produção agrícola se renovasse, sendo implantado métodos de alta tecnologia no campo, aumentando a rentabilidade e a produtividade das terras mato-grossenses principalmente no que concerne ao cultivo da soja. A boa produtividade apresentada por Mato Grosso nos últimos anos pode ser explicada, do mesmo modo, pela boa fertilidade dos solos, planos e diversificados da região, sendo, portanto, uma área passível de se transformar senão na maior, em uma das maiores plataformas de alimentos do mundo.

No bojo dessa intensa atividade agropecuária exibida pelo estado do Mato-Grosso, entra em discussão a expansão agrícola, bem como da pecuária, sobretudo sobre as áreas de floresta Amazônica e de cerrado, podendo ser demonstrado pelo intenso desmatamento sucedido ao longo dos últimos anos, sendo o estado de Mato-Grosso o principal responsável por esses impactos ambientais.

O enorme passivo ambiental gerado pela retirada da cobertura vegetal, o que por consequência ocasiona a perda da fertilidade natural do solo, influencia diretamente na sustentabilidade econômica do estado, pois como já foi dito destrói as potencialidades do solo, afetando a produção agrícola, a qualidade da água, devido aos intensos impactos aos mananciais que amparam a produção, além de inúmeros outros prejuízos causados não somente ao meio ambiente, mas também às comunidades locais. Essa intensa devastação do cerrado e da floresta amazônica está intimamente correlacionada à ocupação rural estabelecida ao longo das rodovias, aliada aos aspectos culturais dos imigrantes, muitos deles provenientes do Sul do país, o que resultou na implantação de grandes monoculturas e pastagens, sem planejamento do uso dos recursos naturais.

Outro fator de devastação do meio ambiente pode ser representado pela ação das madeireiras, principalmente ao norte do estado de Mato-grosso, atingindo diretamente da floresta amazônica, pois as derrubadas alcançam muitas vezes áreas de reserva florestal. Essa dinâmica extração ilegal, por muito tempo, esteve protegida pela ação do IBAMA, como pôde ser vista recentemente a “operação curupira”, que resultou em um escândalo envolvendo a destruição da floresta amazônica e servidores federais, bem como o próprio diretor de florestas do IBAMA que mantinha relações de interesse com as madeireiras locais facilitando o trabalho ilegal de algumas delas.

Esses fatores contribuíram para que o estado do Mato-Grosso fosse no ano de 2005, o estado que mais contribuiu com a derrubada das floras brasileiras, quadro esse que não vem se repetindo em 2006, já que principalmente pelas pressões internacionais de mercado, providencias foram tomadas pelo governo mato-grossense no intuito de reverter a curva de desmatamento ilegal que Mato-Grosso apresenta.

Essa severa mudança quanto à gestão ambiental no Mato-Grosso foi proporcionada através da implementação de novas leis ambientais mais claras e rígidas em relação as vigentes anteriormente, assim como o aumento da fiscalização, que utilizam planos de monitoramento em tempo real, via imagens de satélite administradas pelo INPE, de toda cobertura vegetal do estado, reconhecendo e analisando informações sobre quaisquer atos ilícitos sobre o território.

A união entre fiscalização, monitoramento, combate à grilagem e criação de unidades de conservação, resultou em uma redução histórica no desmatamento da floresta amazônica, sendo o Mato-Grosso o estado que obteve a maior redução do desmatamento, o que comprova a eficácia das ações de fiscalização e de controle ambiental implantada pelo governo estadual de Blairo Maggi. Alguns especialistas apontam que essa redução se faz também por fatores macroeconômicos como o declínio da produção da soja e da pecuária no cenário econômico nesse último ano, bem como a conscientização dos produtores rurais.

Por último, é importante ser dito que a conscientização ecológica quanto a preservação dos biomas presentes no Mato-Grosso chega em uma hora no qual não compromete precisamente a capacidade produtiva da região, pois entra em discussão o fato de que a sustentabilidade da região se dará através de avanços tecnocientíficos.

A Fronteira Capitalista no Estado do Mato Grosso

Ao falarmos da produção agrícola no estado do Mato Grosso, não podemos desvinculá-la de um processo que ocorre na região centro-oeste do território brasileiro. O desmatamento de ecossistemas tipicamente brasileiros como o Cerrado, o Pantanal e a Floresta Amazônica, na região alcança índices altíssimos, e nos últimos anos tem se tornado alarmante. A destruição do ecossistema amazônico vem ocorrendo devido ao avanço da fronteira capitalista no arco que cerca a Amazônia Legal, principalmente nos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

Esse avanço vem ocorrendo a partir da década de 60, quando se inicia a industrialização no Brasil, que se alastraria e transformaria o país, no intervalo de um século, de essencialmente rural em predominantemente urbano. No bojo da tradição colonial, o Brasil se consolidou como uma nação agro-exportadora, apoiada sobretudo no latifúndio e no agronegócio.

O avanço primeiro da pecuária e atualmente da soja no Mato Grosso tem relações estreitas com o desmatamento ilegal da floresta e a aquisição ilegal de terras, através de práticas como a grilagem. O território amazônico é invadido, as madeiras

legais e ilegais se instalam, usam o máximo dos recursos possíveis e avançam para novas áreas se interiorizando cada vez mais na Amazônia. Nas áreas que o extrativismo já não é mais possível é a área de expansão da soja.

A modernização da Agricultura, através da inserção de insumos químicos e físicos como tratores, sementes geneticamente melhoradas, pesticidas e etc, possibilita o aumento da produtividade e da produção, esse aumento desencadeou o seguinte processo. A maior lucratividade oferecida pela produção agrícola, o que passa a atrair maiores investimentos para a agricultura e a integração com a indústria formando os CAI's (Complexos Agro Industriais). Os CAI's se constituirão em um sistema produtivo capitalista por excelência, onde a busca pelo lucro ampliado é o principal objetivo, para isso a tecnologia é incorporada e a produtividade aumenta vertiginosamente. Mas o aumento da produtividade não é suficiente e a busca constante por novos espaços produtivos se faz necessária.

A Territorialidade Gaúcha no Mato Grosso

Esses novos espaços para se tornarem aptos à exploração capitalista, como SANTOS já argumentava, precisam ser dotados de uma racionalidade. A racionalidade capitalista se materializa no espaço através de infra-estrutura de transporte, telecomunicações, financeira, administrativa. A constituição de um território racional, onde através das redes as trocas capitalistas possam ocorrer em sua forma plena. Como explicita RAFFESTIN, a concepção de território:

“pode ser definida como “o conjunto de relações que desenvolve uma coletividade – e, portanto, um indivíduo que a ela pertence – com a exterioridade e/ou a alteridade por meio de mediadores ou instrumentos” (Raffestin 1988, 365 apud Haesbaert 1997, 32).

No caso que estudamos, essa coletividade será uma elite da região sul e sudeste (Gaúcha) que se espraiam pelo centro-oeste brasileiro estabelecendo relações de dominação e exploração com o espaço e a população que nele se reproduzia. Para isso, essa coletividade se utilizará das eixos rodoviários (anexo 6) que o governo federal implantou nas décadas de 60 e 70 visando a integração nacional, esse

movimento migratório sulista é o que Haeasbaert chamou de Diáspora Gaúcha.(mapa 7)

No quadro político do Mato Grosso nós podemos ver o território sendo constituído através de diversos prefeitos de origem “gaúcha” que junto com o governador do estado, Sr. Blairo Maggi, também de origem “gaúcha” vão ordenar o aparelho público estadual de forma a tornar o território matogrossense apto ao agronegócio da soja, atividade em que diversos desses prefeitos e o governador do estado estão de alguma forma envolvidos (ver anexos 1 e 2).

Em levantamento de dados do IBGE confrontados com dados do TRE do Mato Grosso, verificamos que dos 17 municípios produtores de Soja do estado, 8 possuem prefeitos de origem “gaúcha” e/ou alinhados a política agrícola do governador. A área plantada em todos os municípios nos anos de mandato dos referidos prefeitos aumentou, avançando muitas vezes no território amazônico, não é por acaso que o estado apresenta as maiores taxas de desmatamento do estado(matéria do caderno JB ecológico, em anexo).

O território gaúcho também se consolida através da cultura, que cria e recria um sentimento de identidade e pertencimento, alterando inclusive a nomenclatura de diversos municípios, substituindo nomes nativos, por nomes de origem gaúcha. Como vemos a seguir:

Municípios do Mato Grosso com nome de origem “gaúcha”:

Nova Bandeirantes – MT
Nova Canaã do Norte – MT
Nova Mutum - MT
Nova Olímpia - MT
Nova Xavantina - MT
Novo Horizonte do Norte - MT
Novo São Joaquim - MT
Nova Guarita - MT
Nova Marilândia - MT
Nova Maringá - MT
Nova Monte Verde - MT
Porto Alegre do Norte - MT
Porto dos Gaúchos - MT

A reinvenção da tradição gaúcha no mato grosso também se dá através de células disseminadoras de cultura, como os centros de tradições gaúchas e a Igreja luterana (anexos 5 e 6), que estão localizados geralmente nas sedes municipais. As cidades, espaços luminosos que integram a rede urbana brasileira e irão transformar esse espaço em um território multi escalar, ligado em escala estadual, nacional e global o espaço local as redes e fluxos do capital mundial, que reordena esse espaço da forma que melhor convém para sua reprodução.

Anexos:

1-

Tabela 1 – Quantidade produzida, Valor da produção, Área plantada e Área colhida da lavoura temporária	
Variável = Valor da produção (Mil Reais)	
Lavoura temporária = Soja (em grão)	
Ano = 2005	
Brasil, Unidade da Federação e Município	
Brasil	21.758.251
Mato Grosso	6.678.093
10 - Brasnorte - MT	189.916
4 - Campo Novo do Parecis - MT	410.231
12 - Campo Verde - MT	173.115
8 - Campos de Júlio - MT	244.829
17 - Canarana - MT	106.373
5 - Diamantino - MT	367.200
11 - Ipiranga do Norte - MT	185.275
6 - Lucas do Rio Verde - MT	285.119
3 - Nova Mutum - MT	432.069
9 - Nova Ubiratã - MT	217.856
7 - Primavera do Leste - MT	280.669
16 - Querência - MT	117.452
13 - Santa Rita do Trivelato - MT	153.044
14 - Santo Antônio do Leste - MT	148.213
2 - Sapezal - MT	480.963
15 - Sinop - MT	125.014
1 - Sorriso - MT	635.243
14 - Tapurah - MT	127.068

2 - A territorialidade Gaúcha no Estado do Mato Grosso:

Prefeitos de Origem "gaúcha":

22 PL Eleito 2.324 - MAURO RUI HEISLER - BRASNORTE

23 PPS Eleito 6.639 - JESUR JOSÉ CASSOL - CAMPO NOVO DO PARECIS

12 PDT Eleito 6.718 - DIMORVAN ALENCAR BRESCANCIM - CAMPO VERDE

25 PFL Eleito 2.035 - JOSE ODIL DA SILVA - CAMPOS DE JULIO

23 PPS Eleito 5.001 - WALTER LOPES FARIA - CANARANA

23 PPS Eleito 4.710 - FRANCISCO FERREIRA MENDES JUNIOR - DIAMANTINO

23 PPS Eleito 1.479 - ILBERTO EFFTING - IPIRANGA DO NORTE

23 PPS Eleito 7.841 - MARINO JOSE FRANZ - LUCAS DO RIO VERDE

23 PPS Eleito 5.413 - ADRIANO XAVIER PIVETTA - NOVA MUTUM

13 PT Eleito 1.748 - OSMAR ROSSETTO - NOVA UBIRATA

25 PFL Eleito 10.322 - GETÚLIO GONÇALVES VIANA - PRIMAVERA DO LESTE

23 PPS Eleito 2.965 - FERNANDO GORGEN - QUERENCIA

23 PPS Eleito 752 - ILSO MATSCHINSKE - SANTA RITA DO TRIVELATO

11 PP Eleito 1.275 - PEDRO LUIZ BRUNETTA - SANTO ANTONIO DO LESTE

23 PPS Eleito 3.272 - JOÃO CESAR BORGES MAGGI - SAPEZAL

45 PSDB Eleito 24.791 - NILSON APARECIDO LEITAO - SINOP

23 PPS Eleito 11.121 - DILCEU ROSSATO - SORRISO

23 PPS Eleito 2.040 - CARLOS ALBERTO CAPELETTI - TAPURAH

Tabela 3 - Área plantada						
Lavoura temporária = Soja (em grão)						
Brasil, Unidade da Federação e Município	Variável X Ano					
	Área plantada (Hectare)					
Brasil	13.693.677	13.988.351	16.376.035	18.527.544	21.601.340	23.426.731
Mato Grosso	2.906.648	3.121.408	3.818.231	4.414.496	5.279.928	6.121.724
Brasnorte - MT	52.660	65.000	78.200	95.000	118.090	159.139
Campo Novo do Parecis - MT	291.070	283.000	300.000	320.186	325.882	343.301
Campo Verde - MT	95.000	75.000	118.501	130.720	150.600	161.206
Campos de Júlio - MT	110.000	125.923	152.162	174.379	197.951	214.915
Canarana - MT	35.000	41.250	53.000	69.880	95.000	110.117
Diamantino - MT	200.000	202.000	220.542	259.327	290.410	300.000
Ipiranga do Norte - MT	-	-	-	-	-	140.264
Lucas do Rio Verde - MT	160.000	175.000	180.000	200.500	216.237	221.906
Nova Mutum - MT	175.500	160.000	195.000	245.045	297.120	333.780
Nova Ubiratã - MT	85.200	57.669	123.150	126.911	160.946	193.135
Santa Rita do Trivelato - MT	-	65.000	84.700	90.000	120.120	129.670
Santo Antônio do Leste - MT	-	94.490	94.400	110.000	120.268	130.634
Sapezal - MT	209.560	243.406	293.052	322.584	347.150	376.877
Sorriso - MT	360.000	390.000	475.000	523.000	547.867	582.356
Tapurah - MT	81.000	133.555	190.000	219.000	260.800	108.706

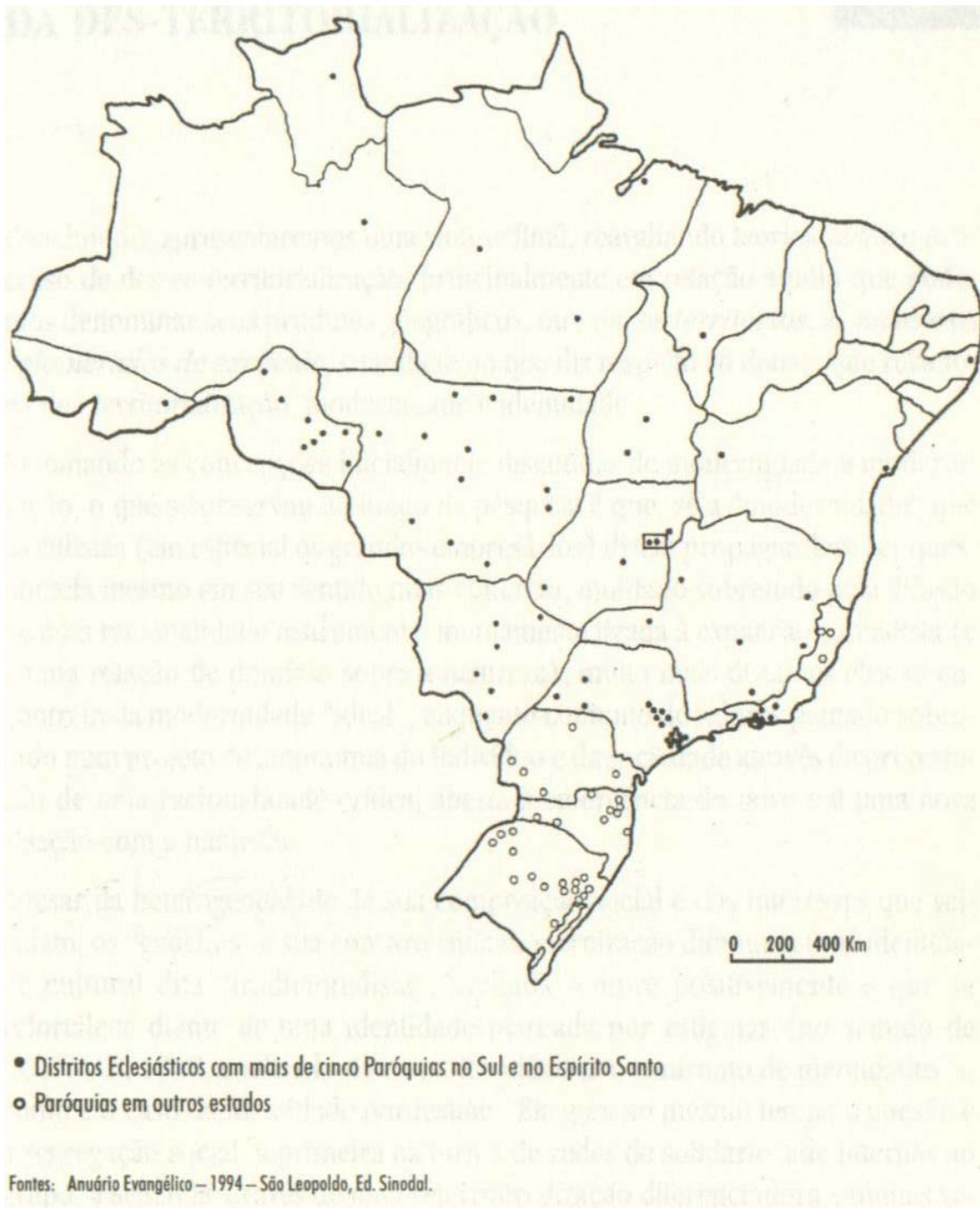
7 - Principais linhas de ônibus do sul para Mato-Grosso, Nordeste e Norte



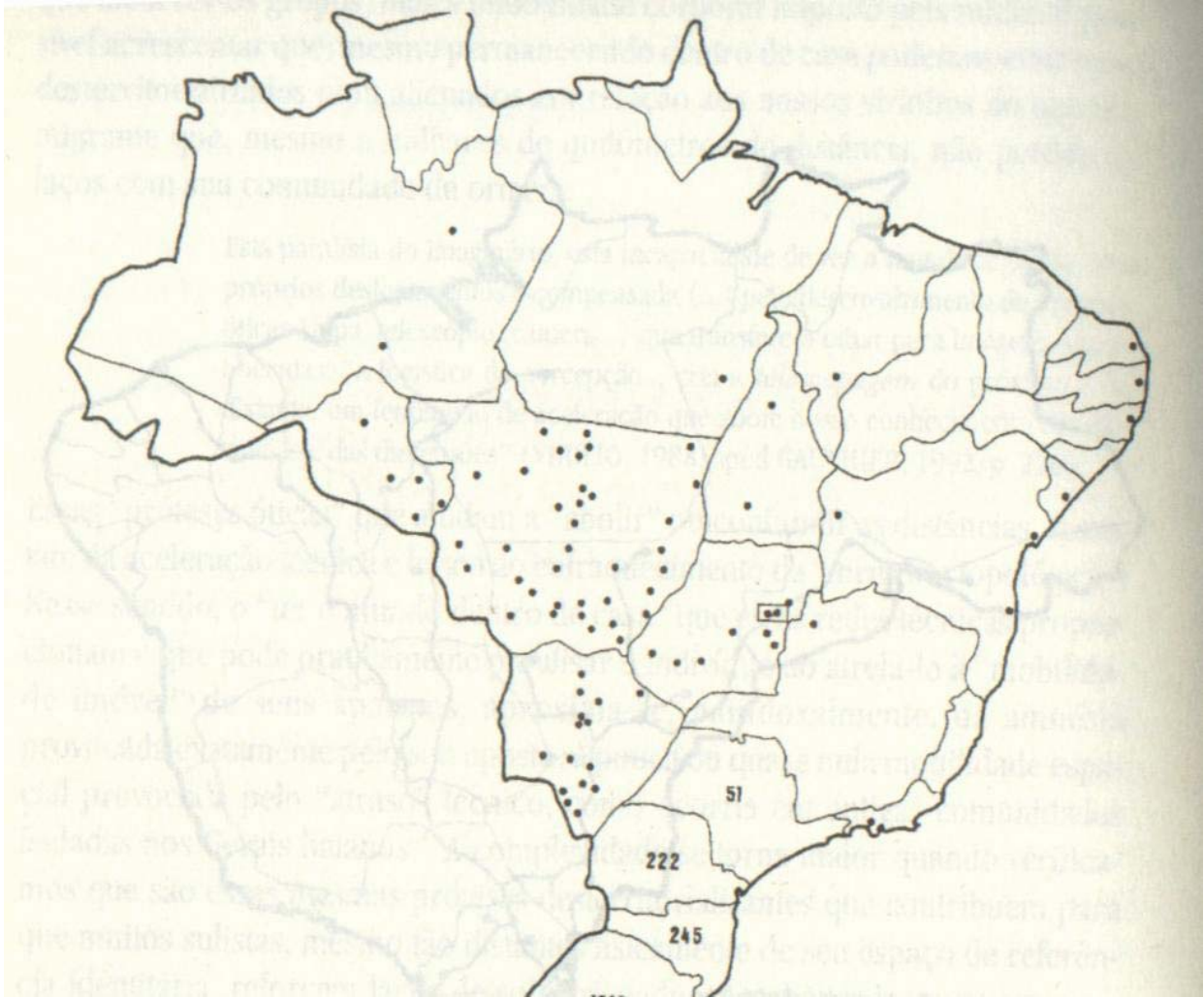
6 - A "diáspora" gaúcha



4 - Distribuição da igreja luterana (IECLB) pelo Brasil



5 - Mapa de distribuição espacial dos Centros de Tradições Gaúchas.



Referencias Bibliográficas:

HAESBAERT, Rogerio. Des-Territorialização e identidade. Rio de Janeiro, EDUFF, 1997.

DUARTE, Laura Maria Goulart, Dilemas do Cerrado. Rio de Janeiro, GARAMOND, 2002.